Prefácio – REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA

Apresentação – JOSÉ MAURICIO CONTI

Abreviaturas

Lei 4.320, de 17 de março de 1964

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

ELCIO FIORI HENRIQUES (ARTS. 1.º a 8.º)

Art. 1.º

1.1 As normas gerais de direito financeiro

TÍTULO I

Da Lei do Orçamento

Capítulo I

Disposições gerais

Art. 2.º

2.1 Conteúdo e função da Lei de Orçamento

2.2 Princípios orçamentários

2.2.1 Princípio da unidade

2.2.2 Princípio da universalidade

2.2.3 Princípio da anualidade

2.3 Composição da Lei de Orçamento

2.4 Quadros demonstrativos da Lei de Orçamento

2.5 Novas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 3.º

3.1 O princípio da universalidade

3.2 Operações de crédito e seus limites

3.3 Vedações a operações de crédito

Art. 4.º

4.1 Abrangência da Lei de Orçamento e princípio da universalidade

Art. 5.º

5.1 Vedação às dotações globais

Art. 6.º

6.1 O princípio da universalidade e a vedação às deduções

6.2 Contabilização das transferências
Capítulo II
Da receita

FLÁVIO RUBINSTEIN (ARTS. 9.° A 11)

Art. 9.° ................................................................. 45
  9.1 Escopo ........................................................... 46
  9.2 Classificações das receitas públicas .................. 46
  9.3 Receitas originárias ........................................ 48
  9.4 Receitas derivadas .......................................... 49
  9.5 Receitas derivadas tributárias ......................... 50
  9.6 Destinação legal das receitas tributárias ................ 53

Art. 10. (Vetado.) .................................................. 54

Art. 11 ................................................................... 54
  11.1 Escopo ........................................................... 55
  11.2 Receitas correntes ......................................... 59
  11.3 Receitas de capital ......................................... 62
  11.4 Superávit do orçamento corrente ..................... 64
  11.5 Projeto de Lei Complementar 135/1996 ........... 64

Capítulo III
Da despesa

KLEBER LUIZ ZANCHIM (ARTS. 12 A 21)

Art. 12 ................................................................... 65
  12.1 As categorias econômicas – Critério de classificação .... 66
  12.2 Despesas de custeio e transferências correntes ....... 68
  12.3 Investimentos, inversões financeiras e transferências de capital .... 69

Art. 13 ................................................................... 70
  13.1 Categorias econômicas de despesa – Decomposição .... 71
  13.2 Despesas de custeio ......................................... 72
  13.3 Transferências correntes .................................... 73
  13.4 Investimentos .................................................. 75
  13.5 Inversões financeiras ......................................... 76
  13.6 Transferências de capital .................................... 77
Seção I
Das despesas correntes
Subseção Única
Das transferências correntes

I) Das subvenções sociais

Art. 16
16.1 Requisitos para subvenções sociais
16.2 Valor das subvenções

Art. 17
17.1 Condições do beneficiário de subvenções

II) Das subvenções econômicas

Art. 18
18.1 Destino das subvenções econômicas

Art. 19
19.1 Ajuda financeira

Seção II
Das despesas de capital

Subseção I
Dos investimentos

Art. 20
20.1 Discriminação da despesa

Subseção II
Das transferências de capital

Art. 21
21.1 Extensão da restrição à transferência de capital

Título II
Da proposta orçamentária

Capítulo I
Conteúdo e forma da proposta orçamentária

JOSÉ MAURICIO CONTI (ARTS. 22 A 33)
Art. 22

22.1 Forma e conteúdo da proposta orçamentária

22.1.1 A Mensagem do Chefe do Poder Executivo

22.1.2 O projeto de lei de orçamento – Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas

22.1.3 As tabelas explicativas e as estimativas de receitas e despesas

22.1.4 Os programas de trabalho

22.1.5 Outros itens

22.2 Iniciativa legislativa da proposta orçamentária

Capítulo II
Da elaboração da proposta orçamentária

Seção I
Das previsões plurianuais

Art. 23

23.1 Principais conceitos

23.2 O Plano Plurianual (PPA) e os anexos de metas e riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Art. 24

24.1 Principais conceitos

24.2 O Plano Plurianual e os anexos de metas e riscos fiscais da LDO

24.3 Conteúdo e elaboração do Plano Plurianual

Art. 25

25.1 Os programas de trabalho

25.2 Metas

Art. 26

26.1 Principais conceitos

Seção II
Das previsões anuais

Art. 27

27.1 A fase administrativa de elaboração da proposta orçamentária

27.2 As propostas parciais

Art. 28

28.1 Unidades administrativas e unidades orçamentárias

28.2 Os sistemas informatizados de elaboração das propostas orçamentárias

Art. 29

29.1 Principais conceitos

29.2 Previsões e demonstrativos da receita arrecadada
Art. 30
30.1 Estimativa da receita para a proposta orçamentária

Art. 31
31.1 Revisão e coordenação das propostas

TÍTULO III
Da elaboração da Lei de Orçamento

Art. 32
32.1 Prazos
32.2 "Anomia" orçamentária
   32.2.1 Não encaminhamento do projeto pelo Chefe do Executivo
   32.2.2 Não devolução pelo Poder Legislativo ou não sanção tempestiva pelo Chefe do Poder Executivo
   32.2.3 Rejeição do projeto de lei
32.3 Crimes e infrações

Art. 33
33.1 A fase legislativa e as emendas parlamentares

TÍTULO IV
Do exercício financeiro

JOSÉ AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO (ARTS. 34 A 39)

Art. 34
34.1 Exercício financeiro

Art. 35
35.1 Regime da gestão financeira

Art. 36
36.1 Restos a pagar

Art. 37
37.1 Despesas de exercício encerrado ou findo

Art. 38
38.1 Anulação de despesas

Art. 39
39.1 Créditos da Fazenda Publica e dívida ativa

TÍTULO V
Dos créditos adicionais

ROGÉRIO SANDOLI DE OLIVEIRA (ARTS. 40 A 46)

Art. 40
TÍTULO VI
Da execução do orçamento

Capítulo I
Da programação da despesa

ALEXANDRA KATIA DALLAVERDE (ARTS. 47 A 50)
Art. 48

48.1 Fixação das cotas: objetivos

48.2 Conteúdo da programação financeira

Art. 49

49.1 Os créditos adicionais e as despesas extra-orçamentárias

Art. 50

50.1 A flexibilidade orçamentária e a alteração das cotas

Capítulo II
Da receita

EURÍPEDES GOMES FAIM FILHO (ARTS. 51 A 57)

Art. 51

51.1 Tributo

51.2 Princípio da legalidade tributária

51.2.1 Legalidade

51.2.2 Tipicidade

51.2.3 Reserva da lei

51.2.4 Exceções à reserva absoluta da lei

51.2.5 A medida provisória e a reserva da lei

51.3 Princípio da anualidade ou da prévia autorização orçamentária

Art. 52

52.1 Impostos diretos

52.1.1 Impostos

52.1.1.1 Impostos diretos e indiretos

52.2 Outras rendas

Art. 53

53.1 O lançamento

53.1.1 O lançamento como procedimento e seu objetivo

53.1.2 Lançamento e os graus sucessivos de eficácia da obrigação tributária

Art. 54

54.1 A expressão “compensação da observação”

54.2 A compensação contra a Fazenda Pública

Art. 55

55.1 Recibos de arrecadação

Art. 56

56.1 Princípio da unidade de tesouraria

Art. 57

57.1 Receita orçamentária

57.2 Escrituração da receita orçamentária
Capítulo III
Da despesa

SÉRGIO ASSONI FILHO (ARTS. 58 A 70)

Art. 58 ................................................................. 179
  58.1 Despesa pública e legalidade ......................... 179
  58.2 Empenho da despesa pública ......................... 180

Art. 59 ................................................................. 181
  59.1 Limitação de empenho ................................... 182
  59.2 Vedações de empenho aos agentes públicos ........ 182

Art. 60 ................................................................. 185
  60.1 Empenho e controle orçamentário .................... 185
  60.2 Empenho e realização de despesa .................... 186

Art. 61 ................................................................. 186
  61.1 Nota de empenho e autorização restrita da despesa pública ......................... 187
  61.2 Elementos da nota de empenho ......................... 187

Art. 62 ................................................................. 188
  62.1 As fases da despesa pública ............................ 188
  62.2 Prévia liquidação e garantia de adimplemento ........ 188

Art. 63 ................................................................. 189
  63.1 Liquidação da despesa pública e implemento de condição ......................... 189
  63.2 Liquidação da despesa pública e direito do credor ......................... 190

Art. 64 ................................................................. 190
  64.1 Ordem de pagamento da despesa pública ......................... 190
  64.2 Emissão da ordem de pagamento e contabilidade pública ......................... 191

Art. 65 ................................................................. 191
  65.1 Pagamento da despesa pública ......................... 191
  65.2 Pagamento e extinção da obrigação ................... 192

Art. 66 ................................................................. 192
  66.1 Centralização administrativa do empenho ......................... 192
  66.2 Remanejamento orçamentário das despesas de pessoal ......................... 193

Art. 67 ................................................................. 193
  67.1 Precatório e pagamento da despesa pública ......................... 193
  67.2 Precatório e responsabilidade fiscal .................. 197

Art. 68 ................................................................. 197
  68.1 Adiantamento e realização da despesa pública ......................... 197
  68.2 Adiantamento e excepcionalidade da despesa pública ......................... 198

Art. 69 ................................................................. 199
  69.1 Adiantamento e agente público ......................... 199
  69.2 Impedimentos ao adiantamento ......................... 200
TÍTULO VII
Dos fundos especiais

CLEUCIO SANTOS NUNES (ARTS. 71 A 74)

Art. 71 ................................................................. 204
71.1 Origens .......................................................... 204
71.2 Conceito .......................................................... 208
71.3 Classificação ................................................... 211
   71.3.1 Fundos especiais (típicos) .................................. 211
   71.3.1.1 Fundos especiais contábeis e financeiros .......... 213
   71.3.2 Fundos atípicos ............................................. 215
   71.3.3 Ponderações à prática de criação de fundos ...... 217

Art. 72 ................................................................. 218
72.1 Previsão das receitas dos fundos especiais no orçamento ........................................ 218

Art. 73 ................................................................. 219
73.1 Da transferência de eventual saldo positivo ao fundo na passagem do exercício financeiro ........................................ 219

Art. 74 ................................................................. 220
74.1 Controle de gestão dos fundos ................................ 220

TÍTULO VIII
Do controle da execução orçamentária

Capítulo I
Disposições gerais

RODRIGO OLIVEIRA DE FARIA (ARTS. 75 A 82)

Art. 75 ................................................................. 221
75.1 A execução orçamentária e seu controle ................................................................. 221
75.2 Controle e fiscalização orçamentária ................................................................. 224
   75.2.1 Amplitude do controle ........................................ 224
   75.2.2 Destinatários do comando ................................... 224
   75.2.3 Conteúdo do controle e princípios incidentes .......... 225
   75.2.4 Fidelidade funcional e cumprimento do programa de trabalho .......... 228

Capítulo II
Do controle interno

Art. 76 ................................................................. 229
76.1 O Poder Executivo e os tipos de controle ................................................................. 230
Capítulo III
Do controle externo

Art. 81 ................................................................. 241
81.1 Competências do Legislativo e das Cortes de Contas em matéria de controle externo ................................................................. 242

Art. 82 ........................................................................ 243
82.1 Categorias das contas públicas ................................................................. 243
82.2 Imprescindibilidade do parecer prévio das Cortes de Contas ..................... 245
82.3 Parecer prévio e o art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal ...................... 246
82.4 Omissão no dever de prestar contas ............................................................. 247

TÍTULO IX
Da contabilidade

Capítulo I
Disposições gerais

EMERSON CESAR DA SILVA GOMES (ARTS. 83 A 100)

Art. 83 ........................................................................ 248
83.1 Conceito de contabilidade ................................................................. 248
83.1.1 A informação contábil e os usuários da contabilidade ............................. 249
83.1.2 Contabilidade pública ................................................................. 250
83.1.3 Diferenças entre a contabilidade pública e a contabilidade empresarial... 252
83.1.3.1 Diferentes objetivos ................................................................. 252
83.1.3.2 É o orçamento quem governa e não o mercado .............................. 253
83.1.3.3 Despesas podem determinar as receitas ................................................. 253
83.1.3.4 O orçamento é o documento financeiro mais importante .................. 253
83.1.3.5 As demonstrações devem conter informações sobre a execução orçamentária ................................................................. 254
83.1.3.6 Necessidade de assegurar equidade intertemporal .......................... 254
83.1.3.7 Receita não é indicativo da demanda por bens e serviços ............ 254
83.1.3.8 Não há vínculo direto entre receitas e despesas .............................. 255
83.1.3.9 Bens de capital que podem não produzir receitas ou reduzir custos 255
83.1.3.10 Recursos podem ser vinculados .......................................................... 255
83.1.3.11 Não há participação acionária ......................................................... 256

83.1.4 Direito Contábil – O Direito se interessa pela contabilidade ................. 256
83.1.5 História da Contabilidade Pública e do Direito Contábil no Brasil ........ 257
83.1.6 Direito Contábil no Brasil ........................................................................ 261
83.1.6.1 Primeira questão: autonomia científica e didática do Direito Contábil 261
83.1.6.2 Segunda questão: objeto do Direito Contábil .................................. 262
83.1.6.3 Terceira questão: competência legislativa ....................................... 263
83.1.6.4 Quarta questão: sanções contábeis ................................................... 263
83.1.6.5 Premissas adotadas .......................................................................... 264

83.2 Situação do agente contábil ........................................................................ 264
83.2.1 Situação do agente contábil no âmbito federal ........................................ 264

Art. 84 ............................................................................................................ 267
84.1 A contabilidade pública e o julgamento das contas ................................ 267
84.2 Limitações da Contabilidade Pública como auxílio à apreciação das contas 269

Art. 85 ............................................................................................................ 271
85.1 Funções da Contabilidade Pública ............................................................. 271
85.1.1 Acompanhamento da execução orçamentária .................................. 272
85.1.2 Conhecimento da composição patrimonial ....................................... 272
85.1.3 Determinação dos custos de serviços industriais ............................... 273
85.1.4 Levantamento dos balanços gerais ...................................................... 274
85.1.5 Análise e interpretação dos resultados econômicos e financeiros .... 274

Art. 86 ............................................................................................................ 276
86.1 Contabilidade sintética e método das partidas dobradas ......................... 276
86.2 Técnica do Evento Contábil ................................................................. 278

Art. 87 ............................................................................................................ 280
Art. 88 ............................................................................................................ 281
Art. 89 ............................................................................................................ 282
Capítulo II
Da contabilidade orçamentária e financeira

Art. 90 .......................................................... 286
90.1 A contabilidade e a transparência das despesas públicas .................................................................................................................. 286

Art. 91 .......................................................... 287
91.1 Registro da receita e da despesa .......................................................................................................................... 287

Art. 92 .......................................................... 292
92.1 Conceito de dívida flutuante .......................................................................................................................... 292
92.2 Restos a pagar ................................................................................................................................................. 294
92.3 Serviços da dívida a pagar.................................................................................................................................................. 294
92.4 Depósitos .......................................................................................................................................................... 294
92.5 Débitos de tesouraria ........................................................................................................................................ 295

Art. 93 .......................................................... 296
93.1 Registro das operações financeiras extra-orçamentárias .................................................................................................................. 296

Capítulo III
Da contabilidade patrimonial e industrial

Art. 94 .......................................................... 299
94.1 A contabilidade patrimonial ................................................................................................................................................. 299
94.2 Registros analíticos dos bens permanentes .......................................................................................................................... 300

Art. 95 .......................................................... 301

Art. 96 .......................................................... 303
96.1 Inventário dos bens .................................................................................................................................................. 303

Art. 97 .......................................................... 304
97.1 Registro das receitas patrimoniais .......................................................................................................................... 304

Art. 98 .......................................................... 306
98.1 Dívida fundada .................................................................................................................................................. 306

Art. 99 .......................................................... 308
99.1 A contabilidade industrial na Administração Pública .......................................................................................................................... 308

Art. 100 .......................................................... 309
100.1 Variações do patrimônio líquido e conta patrimonial ............................................................................................................. 309
Capítulo IV
Dos balanços

José Alexandre Magrini Pigatto (Arts. 101 a 106)

Art. 101 .......................................................................................................................... 312
101.1 Os demonstrativos dos resultados gerais do exercício ........................................ 312

Art. 102 .......................................................................................................................... 316
102.1 O Balanço Orçamentário .................................................................................. 316

Art. 103 .......................................................................................................................... 317
103.1 O Balanço Financeiro ...................................................................................... 317

Art. 104 .......................................................................................................................... 320
104.1 A Demonstração das Variações Patrimoniais ................................................... 320
104.1.1 Receita efetiva ................................................................................................ 320
104.1.2 Despesa efetiva ............................................................................................. 321
104.1.3 Resultado da execução ................................................................................ 321
104.1.4 Resultado patrimonial da execução orçamentária ........................................ 321
104.1.5 Resultado patrimonial do exercício .............................................................. 322
104.1.6 Resultado econômico .................................................................................... 322

Art. 105 .......................................................................................................................... 324
105.1 O Balanço Patrimonial ....................................................................................... 325
105.1.1 Ativo Financeiro ............................................................................................ 326
105.1.1.1 Disponível ................................................................................................ 326
105.1.1.2 Vinculados em c/c bancária ....................................................................... 327
105.1.1.3 Realizável .................................................................................................. 327
105.1.2 Passivo Financeiro ........................................................................................ 328
105.1.3 Ativo Permanente .......................................................................................... 329
105.1.4 Passivo Permanente ....................................................................................... 329
105.1.5 Contas de compensação ................................................................................ 331

Art. 106 .......................................................................................................................... 331
106.1 A avaliação do patrimônio público .................................................................... 331

Título X
Das autarquias e outras entidades

Emerson Cesar da Silva Gomes (Arts. 107 a 115)

Art. 107 .......................................................................................................................... 333
107.1 A Administração Pública Indireta ..................................................................... 334
107.2 Dispositivo recepcionado parcialmente pela Constituição Federal de 1988 ...... 335
107.3 A situação das empresas estatais dependentes ................................................ 336
TÍTULO XI
Disposições finais

Art. 111 .................................................................................................................. 342
111.1 Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) do Ministério da Fazenda .. 342
111.2 Consolidação das contas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios...... 342

Art. 112 .................................................................................................................. 345
112.1 Remessa das contas para consolidação.......................................................... 345

Art. 113 .................................................................................................................. 346
113.1 Função consultiva da Secretaria do Tesouro Nacional...................................... 346

Art. 114 .................................................................................................................. 346
114.1 Termo inicial de vigência da lei...................................................................... 346

Art. 115 .................................................................................................................. 347

Bibliografia.............................................................................................................. 349

Índice alfabético-remissivo ...................................................................................... 359